- b) Proceder às necessárias acções de formação dos utilizadores da base dados e à elaboração de um manual de procedimentos da aplicação, a aprovar pela DGV, até à entrada em produção dos respectivos módulos.

6 — Os detentores de explorações de suínos devem, no período compreendido entre 1 e 30 de Novembro de 2005, proceder ao recenseamento das explorações e dos efectivos mantidos, incluindo a indicação das parcelas a afectar a cada exploração.

7 — Os detentores de explorações de suínos serão notificados da obrigação estabelecida pelo n.º 6 por edital a afixar nas DRA, sendo aquela obrigação divulgada ainda pelos meios de informação que sejam julgados adequados.

22 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Despacho (extracto) n.º 10 179/2005 (2.ª série). — Por despacho do vogal do conselho de administração do IFADAP/INGA Dr. Ponte Zeferino de 7 de Abril de 2005:

Teresa de Jesus Reis Prata, assessora da carreira de economista, escalo 2, índice 660 — exonerada, a seu pedido, do lugar do quadro de pessoal da função pública do INGA, a partir de 9 de Dezembro de 2004, data da sua passagem ao regime de contrato individual de trabalho, com a categoria de técnico C, nível 14, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º e dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, conjugados com o artigo 67.º do regulamento interno do INGA. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Abril de 2005. — O Director-Coordenador, *Damasceno Dias*.

Instituto da Vinha e do Vinho

Despacho (extracto) n.º 10 180/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Abril de 2005 do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho, nos termos conjugados do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, chefe de divisão de Recursos Humanos do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, a mestre em Políticas e Gestão de Recursos Humanos Ana Paula Rua Ganhão, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro do Instituto de Reinserção Social, que é detentora de habilitações, experiência e perfil adequados ao desempenho das funções inerentes ao cargo.

26 de Abril de 2005. — O Vice-Presidente, *Nuno Faustino*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Ana Paula Rua Ganhão.
Naturalidade — Moçambique.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Sociologia, pelo ISCTE, em 15 de Dezembro de 1989.

Pós-graduação na área de Organização e Avaliação da Formação, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, em 2 de Agosto de 1995.

Diplôme d'Université Approche Européen Organisation et Evaluation de la Formation, Université Pierre Mendès France, Grenoble, 1996.

Mestrado em Políticas e Gestão de Recursos Humanos, pelo ISCTE, em 30 de Junho de 1997.

3 — Actividade profissional:

Desde Novembro de 2001 — chefe de divisão de Formação, Gestão de Recursos Humanos e Informática da Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

De Janeiro de 2000 a Outubro de 2001 — chefe de divisão de pessoal da Reitoria da Universidade de Lisboa.

De 1998 a 1999 — passa a pertencer ao quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça, exercendo funções de técnica superior no Departamento de Formação, sendo responsável pelo Plano de Formação Interna e Externa daquele Instituto.

De 1996 a 1998 — exerce funções de técnica superior na Direcção de Serviços da Qualidade do Instituto de Informática do Ministério das Finanças.

De 1992 a 1995 — exerce funções de técnico superior no Centro de Formação do Instituto de Informática do Ministério das Finanças.

4 — Dados complementares:

Frequência de diversos cursos de formação profissional na área do pessoal e participação em seminários e conferências.

Administradora da base de dados SIADAP.

Formadora em diversas acções de formação na área comportamental e de pessoal e em higiene e segurança no trabalho.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Inspecção-Geral das Obras Públicas

Despacho (extracto) n.º 10 181/2005 (2.ª série). — Por despacho do inspector-geral das Obras Públicas de 22 de Abril de 2005:

Jorge Manuel Torradas Ranhola, inspector-estagiário da carreira de inspector superior do quadro de pessoal desta Inspecção-Geral, nomeado em comissão de serviço extraordinária, precedendo concurso, por meu despacho de 9 de Março de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 23 de Março de 2004 — cessa, a pedido do interessado, a comissão de serviço extraordinária, com efeitos a partir de 22 de Abril de 2005.

22 de Abril de 2005. — O Inspector-Geral, *A. Flores de Andrade*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 539/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 245/90, de 27 de Julho, foram criados pela Portaria n.º 147/91, de 18 de Fevereiro, no âmbito do Centro Regional de Segurança Social de Setúbal, diversos serviços locais de segurança social.

Considerando que, em relação à Casa do Povo de Grândola, se encontram reunidos os requisitos legais estatuídos no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/90, de 27 de Julho, e que esta se encontra afecta exclusivamente a fins de segurança social e desprovida de associados e de órgãos sociais com mandato válido:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/90, de 27 de Julho, manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que o património da Casa do Povo de Grândola passe para a titularidade do Instituto da Segurança Social, I. P., nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/90, de 27 de Julho.

13 de Abril de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Portaria n.º 540/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 245/90, de 27 de Julho, foi criado pela Portaria n.º 118/91, de 11 de Fevereiro, no âmbito do Centro Regional de Segurança Social de Braga, entre outros, o Serviço Local de Segurança Social de Amares.

Considerando que, em relação à Casa do Povo de Amares, se encontram reunidos os requisitos legais estatuídos no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/90, de 27 de Julho, e que esta se encontra afecta exclusivamente a fins de segurança social e desprovida de associados e órgãos sociais com mandato válido:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/90, de 27 de Julho, manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que o património da Casa do Povo de Amares passe para a titularidade do Instituto da Segurança Social, I. P., nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 245/90, de 27 de Julho.

13 de Abril de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.